

Segunda-Feira, 03 de Agosto de 2026

Defesa Civil monitora rios Cuiabá e Coxipó para garantir abastecimento de água na capital

Secretaria acompanha níveis dos cursos hídricos diante da estiagem e risco de prolongamento da seca até 2027

A Secretaria Municipal de Defesa Civil realiza acompanhamento contínuo dos impactos provocados pela estiagem e pela redução da umidade do ar em Cuiabá, mantendo vigilância especial sobre os níveis dos rios Cuiabá e Coxipó para prevenir reflexos negativos no abastecimento hídrico da capital.

Em declaração ao Jornal do Meio-Dia, da TV Vila Real/Record, o secretário municipal de Defesa Civil, coronel BM Alessandro Borges, informou que o município intensificou o monitoramento das previsões climáticas devido à possibilidade de um El Niño de grande intensidade durante os próximos meses.

Conforme o secretário, a umidade relativa do ar permanece entre 20% e 30%, com probabilidade de cair abaixo de 20% nos dias seguintes, configurando um cenário crítico tanto para a saúde coletiva quanto para a disponibilidade de recursos hídricos. Ele detalhou que embora a queda de umidade seja comum nesta época do ano em Mato Grosso, a preocupação central reside na possibilidade de o período estiagem se estender até o final de 2026 e início de 2027.

"Realizamos acompanhamento permanente e nos mantemos preparados. Reuniões semanais são executadas para avaliar os cenários e as tendências meteorológicas. Nossa estratégia é agir antecipadamente para minimizar impactos caso o período seco se prologue", declarou o gestor.

A Defesa Civil promoveu encontro com a concessionária Águas Cuiabá para acompanhar as condições operacionais de captação nos rios que suprem a capital. Caso necessário, a população receberá orientações para adotar práticas de economia hídrica e preservar o fornecimento durante o período de maior estiagem do ano.

O secretário reiterou o apelo para que os cidadãos contribuam na prevenção de focos de incêndio urbanos, evitando queimadas em terrenos, descartando adequadamente resíduos e mantendo propriedades limpas. Segundo destacou, incêndios provocados deliberadamente constituem crimes ambientais e podem acarretar sanções administrativas, civis e criminais.